

RMJ Presidentes das Câmaras se organizaram para terem maior representatividade nas esferas estadual e nacional e elegem prioridades

Parlamento Regional Intermunicipal é oficializado e elege presidência

MARÍLIA PORCARI
mporcari@jj.com.br

Os presidentes das Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ) se reuniram nesta segunda-feira (19) para oficializar o Parlamento Regional Intermunicipal (PRI), que deverá levar ao Governo do Estado as demandas em comum das sete cidades que compõem a região e também Itatiba. No encontro também foi definida a mesa diretora que será composta neste ano por Edicarlos Vieira, de Jundiaí, como presidente, David Bueno, de Itatiba, como vice, e Dr. Eliseu Notário, de Várzea Paulista, como secretário.

O presidente Edicarlos (União) considera que esta atuação em conjunto fortalece todas as cidades e é um trabalho feito lado a lado com os representantes do Legislativo da região. "É uma política horizontal, não vertical, onde alguém está acima. Temos o desafio de representar uma população de cerca de um milhão de habitantes", disse. Ele lembra que os presidentes



Representantes do Legislativo das cidades da RMJ elegeram presidente do Parlamento

das Câmaras já estavam se reunindo periodicamente, sempre em uma cidade diferente, e que estão buscando a solução para questões como mobilidade e saúde, que precisam ser avaliadas regionalmente.

Das reuniões anteriores, os chefes do Legislativo já haviam articulado Moções

de Apelo para que o Hospital Regional atenda prioritariamente a população da RMJ, que foram aprovadas e seguem para o Governo do Estado. Atualmente, conforme mostrado na reportagem do Jornal de Jundiaí de domingo (18), 44% dos pacientes que passam por consultas ou internações

no local não são da RMJ (Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Louveira, Cabreúva e Jarinu) e Itatiba.

Os presidentes das Câmaras também já se uniram para pedir melhorias na Educação, ação que já deu resultados nas cidades de Itatiba e Jarinu, confor-

me informaram os presidentes das Câmaras durante a reunião.

Com o PRI, as demandas regionais serão organizadas e os documentos serão direcionados para o local onde estará o presidente do Parlamento. Neste primeiro ano, será em Jundiaí. Edicarlos ficará

por um ano à frente do Parlamento e em 2026 quem assume é David Bueno (Solidariedade), tendo como vice Marcão Marchi (PSD), de Itupeva, e Rodrigo Santi (PL), de Cabreúva, como secretário. A presidência deverá ser passada sempre a uma cidade diferente, não podendo repetir o município até todos terem ocupado a mesa diretora.

PRÓXIMAS AÇÕES

Agora o PRI deve se reunir no começo de junho para tratar sobre o transporte urbano entre os municípios e com os vereadores de todos os municípios. O 'super' encontro está previsto para ocorrer na Câmara de Itatiba, que tem um plenário com capacidade de acomodar os mais de 110 parlamentares que serão convidados para participar, além de assessores.

Outra medida que deve ser discutida é transformar Jundiaí como referência para serviços que atualmente são em Campinas, como Farmácia de Alto Custo. Com estas mudanças, a expectativa é que haja maior agilidade.

FRAUDES

Sindicato de irmão de Lula suspende parte dos serviços

O Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical), que tem como vice-presidente o irmão do presidente Lula (PT), José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, anunciou a suspensão de serviços como auxílio funeral, gratuidade emergencial de medicamentos e sorteios de prêmios mensais a seus associados a partir do dia 6 de junho.

A entidade é uma das investigadas pela Polícia Federal e pela CGU (Controladoria-Geral da União) na operação Sem Desconto, que apura débitos indevidos de associações e sindicatos em aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Após o escândalo das denúncias de fraudes, o INSS

suspendeu todos os ACTs (Acordos de Associação Técnica) com associações e sindicatos, parou de descontar as mensalidades e de repassar valores a todas as entidades, inclusive as que não são citadas na investigação da Polícia Federal.

O Sindnapi afirma que, apesar das dificuldades, está mantendo seu atual quadro de funcionários e, neste momento, não há previsão de demissões. A associação ainda mantém o funcionamento do atendimento jurídico, de suas colônias de férias e diferentes cursos, como de smartphone, violão, inglês e outros.

Outros sindicatos e associações também relatam dificuldade em manter seus serviços após a suspensão das mensalidades, inclusive os que não estão



Fraude expôs entidades associativas, que agora falam em demissão

entre os investigados.

O presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), Warley Martins Gonçalves, por exemplo, diz que 80% das federações ligadas à confederação estão fechando e há expectativa de demissão de até 6.000 funcionários. Ele diz que a maior

parte dos serviços deixaram de ser oferecidos, sem previsão para o seu retorno.

Também há entidades que falam sobre a possibilidade de encerramento total das atividades e indicam que ainda não foram notificadas pelo INSS sobre a possibilidade de retomada.

A Cobap, além dos cortes

que afetaram 80% de suas 365 associações filiadas, diz que demitiu 35 funcionários de sua sede. O presidente critica o procedimento adotado pelo INSS para a notificação de descontos indevidos, apontando que houve falhas ao permitir a contestação de vínculos das 41 entidades que mantinham ACTs - mesmo aquelas que não apresentavam indícios de irregularidades ou conduta criminosas.

Nos últimos dias, o presidente do INSS, Gilberto Weller Júnior, afirmou que os descontos associativos que foram suspensos não têm previsão de voltar. Segundo ele, caso o INSS decida restabelecer os convênios com as associações, todo o processo será refeito do zero, com uma revisão completa dos procedimentos.

Em nota, o Sindnapi diz que "está fazendo todo o esforço para manter os serviços prestados aos associados", mas que a continuidade da suspensão do desconto em folha aumenta as dificuldades. No caso dos benefícios que serão cortados a partir de 6 de junho, por exemplo, eles explicam que, como se trata de um plano em parceria com uma empresa contratada, ficará difícil mantê-los com recursos próprios.

Em nota, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que também está na lista de investigadas pela PF, diz que a suspensão dos ACTs retira a fonte de custeio do trabalho e das atividades das 27 federações estaduais e dos cerca de 3.800 sindicatos presentes nos municípios brasileiros.

PELA ORDEM

Parlamento Jovem participa de reunião com presidentes

Os integrantes do Parlamento Jovem de Jundiaí participaram nesta segunda-feira (19) da reunião entre os presidentes das Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ), que oficializou o Parlamento Regional Intermunicipal (PRI). Os jovens vereadores foram convidados a falar sobre seu interesse na política e comentaram sobre a importância de ter a juventude participando ativamente das pautas da cidade. O Parlamento Jovem também deixou como sugestão para os integrantes do PRI tratarem sobre Educação.



Projeto para aumento dos salários do funcionalismo está em pauta

Câmara vota reajuste do servidor nesta terça (20)

A sessão ordinária desta terça-feira (20) tem na pauta o Projeto de Lei (PL) nº 14.709/2025, que reajusta os salários dos servidores municipais em 5,32% e o auxílio-alimentação fica fixado em R\$ 1.145,00. A Câmara deve registrar novamente grande participação popular, como foi na última semana e o projeto, que seria votado com urgência, não entrou na pauta. A Ordem do Dia tem também o veto do Prefeito ao PL nº 14.635, que altera para Semana do Mundo Neurodiverso a Semana da Mobilização e Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), instituída pela Lei nº 9.204/2019. Está em pauta o PL nº 14.607/2025, que regulamenta o transporte por aplicativo de passageiros por meio de motocicletas.

Reajuste concedido pela Alesp é questionado

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP), questionou o reajuste insuficiente de 5% nos salários dos servidores, conforme proposta do governo paulista aprovada

pela Assembleia Legislativa. Para a entidade, é necessário corrigir minimamente os vencimentos, para mitigar a defasagem do poder de compra ante os índices inflacionários. O aumento também contempla o governador, o vice-governador e os secretários de Estado, medida que eleva o teto do funcionalismo estadual, atrelado ao salário do chefe do Executivo.

Lula limita EAD

O presidente Lula (PT) assinou nesta segunda-feira (19) um decreto com novas regras para a EAD (educação a distância) no ensino superior. As regras eram esperadas desde dezembro. A norma regula limites de atividades online no ensino superior, cria uma nova

modalidade de cursos semipresenciais, elenca cursos vetados para a EAD e também revê limites de atividades remotas nos cursos presenciais. O decreto ainda não foi publicado no Diário Oficial.

PEC da Segurança

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse nesta segunda-feira (19) que a prisão do integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC) Marcos Roberto de Almeida reforça a importância de entrosamento entre forças de segurança locais, nacionais e internacionais. Algo que, segundo ele, será favorecido, caso a PEC da Segurança seja aprovada pelo Legislativo.

“ Não há protocolo que me faça calar ”

da primeira-dama Janja sobre episódio na China